

**Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia**

**Ata da reunião extraordinária dos Conselhos  
Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos  
Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV com  
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Paulínia**

Aos quatorze dias do mês de Agosto de dois mil e dezessete, às onze horas e treze minutos, na sede da Pauliprev, reuniram-se membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, Diretor Presidente da Pauliprev assim como Presidente, Advogado e Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Paulínia, reunião esta efetivada conforme solicitação do Sindicato.

Sandra iniciou a reunião citando que teria sido contatada na sexta feira, dia 11 de Agosto pela Janaina e posteriormente pela Cláudia, ambas do Sindicato solicitando contato com as conselheiras, visto que teriam tido conhecimento através de Luciano Carrer que os conselheiros da Pauliprev estariam contra a incorporação da hora atividade, realizando inclusive protocolado ao Prefeito com este objetivo, tendo a devolutiva naquela oportunidade pela referida conselheira que esta informação não procedia, reiterando ainda que os conselheiros teriam contado com uma reunião com Luciano Carrer mas não sendo este os termos do mesmo. Diante disso Sandra ainda questionou-os se poderia contar com a presença e participação do Diretor Presidente da Pauliprev nesta reunião por uma questão ética e de direito, tendo a resposta positiva, estabelecendo-se a reunião para o dia 14 de Agosto. Cláudia então citou que a questão do

protocolo desconhecia, acreditando assim que Janaina teria compreendido errado, acrescentando que Luciano Carrer teria dito que os conselheiros contariam com uma reunião com o Prefeito para tratar do assunto da incorporação e do impacto na Pauliprev. Cláudia ainda citou que tem ciência do protocolado realizado pelas conselheiras junto a Promotoria, inclusive que estaria solicitando uma cópia do mesmo às conselheiras. Assim, Cláudia citou que a intenção era conversar sobre tal assunto, acrescentando a seguir que também possuem preocupação com o impacto na Pauliprev, não só da incorporação como também do PCCV. Eliete então lembrou que na reunião do dia 8 de Agosto Cláudia teria citado que a preocupação com que irá acontecer no futuro deva ser da Prefeitura, que o Sindicato está preocupado com a situação do agora mas que a preocupação com o futuro não teria ficado claro. Cláudia então citou que obviamente há a preocupação com o futuro, acrescentando ainda que as correções históricas, dessas distorções que vem acontecendo a anos, de outras gestões, é que vai trazer maiores problemas, uma vez que já se conta com problemas independente disso. Eliete então citou que problemas serão gerados sim, desconsiderando a hora atividade, o que fez Cláudia citar da necessidade de resolver, o que fez Eliete reiterar da necessidade do fato de se resolver e não falar que deve-se deixar para a Prefeitura, complementando ainda que todos já teriam contado em gestões anteriores como Dude, Edson Moura Jr, etc com a questão do atraso de pagamento de ativos inclusive. Cláudia concordou e lembrou que o Guimarães colocou uma possibilidade de efetivar uma composição com o Prefeito, uma proposta de quando um servidor se aposentar, se efetivar uma restituição financeira, avaliando que seria ótimo se o Prefeito aceitasse, que existe a preocupação do Sindicato com a Pauliprev, lembrando que não foi recolhido nem de quem já precisava

*Waver*

*[Handwritten signature]*

recolher ,citando ainda que todos não deviam ter a inocência que isso irá resolver. A seguir citou que legalmente a preocupação tem que ser da Prefeitura também. Ligian pediu a palavra e citou que teria realizado um levantamento de 2001 para cá, acrescentando que o Instituto começou errado, reiterando que a reunião com Luciano Carrer sinalizou ao mesmo o "buraco" que o Instituto está e que torna-se necessário ele pensar "dobrado", no ativo mas também é responsabilidade dele pensar no inativo. Citou que estava nesta reunião com Luciano Carrer e que nenhum momento saiu a conversa de não incorporar a hora atividade. A seguir expos que o Instituto começou deficitário, que Edson Moura deixou o Instituto 9 anos deficitário , em 2010 conseguiu-se a inserção das alíquotas que para a mesma é irreal porque não existe uma base de cálculo de tempo anterior dos servidores da Prefeitura, portanto se utilizou um cálculo de probabilidade sem contar os abonos, produtividade que foi incorporado ; que a mudança de regime ocorrida em 2011 não contou com o estudo do impacto, assim como os servidores afastados. Assim , expos que nesses 16 anos o Instituto só foi "afundando", por isso a importância do Prefeito entender a preocupação dos conselheiros /Pauliprev, pois o Instituto não aguentará 10 anos, sem contar as perdas junto a aplicação em fundos "podres", negligência de Diretorias anteriores que aplicaram em fundos "quebrados", sendo completada pela Eliete , fundos estes que não permitem que sejam alterados neste momento. Ligian então finalizou que os termos da conversa com Luciano Carrer foi neste aspecto , objetivando assim alertá-lo da situação que o Instituto hoje vive. Márcia Ambrozini então citou que foi citadas situações que limitam o Instituto (carga horária que sobe no ultimo ano de trabalho, professor e médico que dobram carga horária no ultimo ano , etc), ressaltando assim que o contato não voltou-se a hora

atividade , acrescentando ainda que a mesma até teria citado a questão da hora atividade porém ressaltando que o erro principal foi de quem fez a lei é que pegou o salário do professor que era muito baixo, e que para melhorar aumentaram a hora atividade , ocasionado quando doente, a perda de uma boa porcentagem do seu salário, finalizando citou que não foi questionado se o professor tem direito ou não a hora atividade ,em momento algum foi discutido, pois todos tem conhecimento do quanto o professor é penalizado por não receber a hora atividade. Nivia citou que sempre foi realizado concessões para servidores da ativa porém nunca foi perguntado à Pauliprev o que estas concessões iriam causar. A seguir citou que como começou deficitário em 2001, a incorporação dos abonos de R\$ 1000,00, R\$ 1500,00 e R\$ 300,00 levou ao Instituto também a pagar aos inativos que aposentaram pela paridade. Sandra a seguir pediu a palavra visando completar a fala da Márcia sobre a hora atividade, citando que esta teria questionado o Luciano Carrer se este teria discutido com o Diretor Presidente da Pauliprev sobre o impacto disso no Instituto, que a mesma não objetivava tirar direito do servidor, porém garantir o direito do servidor de se aposentar, inclusive teria dito também ao mesmo que este não seria cargo efetivo, e que a mesma é servidora e quer se aposentar. Como o Guimarães não participou deste processo, Sandra ainda questionou o mesmo se ele teria perguntado algo a Pauliprev, diante disso para ela este processo teria caminhado erroneamente. Ligian citou a seguir que Luciano Carrer teria dito que estranhou a não participação da Pauliprev no PCCV, sendo sugerido pela mesma que quando o mesmo for tratar de dinheiro de ativo que o Conselho e Pauliprev sejam acionados, porque influencia diretamente. Cláudia a seguir citou que também disse que a Pauliprev deveria estar presente, tendo a devolutiva do Diretor Presidente que a Pauliprev não teria sido

*Nuvia*

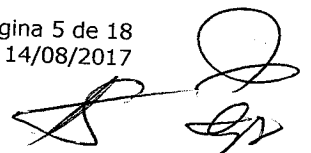
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Vertical list of handwritten signatures]*

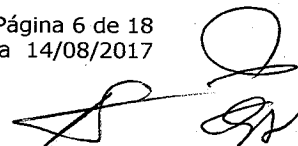
chamada, porém Cláudia citou que para o Sindicato , Luciano Carrer teria dito que o Instituto foi comunicado. O Diretor Presidente acrescentou que por não estar no prédio da Prefeitura, quando de eventos o Instituto não é chamado. A seguir Claudia citou que o que não dava para aceitar, embora tenha claro que o Instituto tem que preservar, obvio, mas não daria para aceitar justificativa , sendo que o Sindicato não poderá aceitar que o Instituto será quebrado em função do PCCV, que é uma reivindicação mais do que histórica, uma vez que o Instituto já conta com problemas de várias naturezas. Cláudia a seguir citou que os servidores deixarão de ter conquistas históricas para a categoria porque isso vai impactar a Pauliprev, também não achava certo, sendo necessário assim equacionar. Nivia então a questionou sobre a lei da responsabilidade, uma vez que hoje a folha de pagamento está em seu limite. O advogado Rafael do Sindicato então expos a responsabilidade do Prefeito com o Promotor, sendo completado pela Claudia que a lei de responsabilidade segundo o estudo que o perito que fez para os mesmos, que hoje o que é alegado que corresponde a 51% , não é verdadeiro. O Diretor Presidente então pediu a palavra e citou que não estaria em uma "queda de braço " , ressaltando que a Pauliprev e conselheiros não são contra a atuação do Sindicato reivindicar e batalhar pelos direitos dos servidores ; que nenhum momento da reunião foi se posicionado nesta reunião que a Pauliprev é contra qualquer disposição do PCCV, reiterando que foi dito sempre a questão do impacto, relatando a seguir a questão da mudança de regime (CLT para Estatutário ) em 2011 , permitindo no entanto que o servidor contasse somente com 5 anos e não 10 anos, para efetivar tal mudança, o que já teria com isso criado grande impacto na Pauliprev, lembrando que toda e qualquer situação que o Sindicato defender ele aplaudiria, porém torna-se necessário também conhecer o reflexo

*Manoel*



disso, lembrando que não se tendo esse cálculo de impacto como se dará o benefício , questionando ainda de onde a Pauliprev tirará o dinheiro necessário , respondendo ele mesmo que com certeza do patrimônio líquido do Instituto, que não é correto. Eliete então lembrou que ninguém quer aumentar a contribuição atual do servidor. O Diretor Presidente então continuou sua fala citando que senão é correto, qual seria a alternativa possível, considerando que a Prefeitura é quem está oferecendo o benefício, lembrando que na reunião do dia 08 de Agosto do Conselho , Cláudia citou que a Lei diz que quem deverá pagar é a Prefeitura , questionando será que ela pagará, tendo a colocação da Claudia que isso "é outros quinhentos". Sandra então expos que se "bater" na lei de responsabilidade fiscal com a folha, como que a Prefeitura vai assumir os inativos. O Diretor Presidente retomou a palavra e citou que todo e qualquer custeio que se tenha na Prefeitura que afete o aumento de despesas, obrigatoriamente tem que ter esse impacto. Claudia então retomou a palavra e citou que o Pedro do Rh teria dito em reunião que assim como ele estava com dificuldade de fazer um levantamento , que o Diretor Presidente também estaria, compreendendo assim que de alguma forma ambos estão buscando fazer esses cálculos, o que fez o Diretor Presidente complementar que estará indo à Brasília no Ministério da Previdência na tentativa de ter dados sobre as contribuições dos servidores , aspecto este que também contribuiria para o levantamento do RH e Pauliprev no sentido de compensação previdenciária, parâmetros inclusive para elaboração do cálculo atuarial e impacto orçamentário, relatando inclusive o déficit de 2016 que correspondeu a um 1 bilhão e 300 milhões. Claudia então citou de sua preocupação , mas em relação a hora atividade , relatando que os professores dizem que agora que estão tendo essa conquista , que os professores foram prejudicados

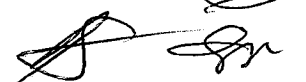
Wander



esses anos todos, que ai existe uma preocupação com o impacto e enquanto estava sendo descontando 11% e não estava sendo repassado ao professor quando afastado , ninguém preocupou-se com o desconto irregular. Ligian pediu a palavra e citou que possui protocolo sobre o assunto, que essas leis são conflitantes, que existe apontamento do Tribunal, porém não avalia que a Pauliprev tenha que pagar os afastados, porque a maioria dos afastamentos todos sabem que é na sua grande maioria pela falta de condições de trabalho, política, porém sua postura sempre foi esta de pagar tudo , tanto para professores como guardas, porque na doença se precisa do salário, lembrando que no entanto não é obrigação da Pauliprev, pois não foi realizado o impacto disso, citando ainda que no seu protocolo foi solicitado que cancelassem as Leis 56 e 34. Claudia a seguir citou que continuou sendo descontando os 11% encima da hora atividade e ai tem até uma questão Jurídica discutida , onde o Professor André entrou com um protocolo diretamente no Instituto e foi negado. O Diretor Presidente citou que a verba da ativa é da ativa, uma vez que se tem hora atividade pressupõe-se que encontra-se em atividade, conforme ainda apontado pelo Tribunal de Contas, sendo contestado pela Cláudia citando que é um equívoco , lembrando de sentenças judiciais, o que fez o Diretor Presidente citar da necessidade da adequação da Lei , que não pode fazer tais pagamentos enquanto ordenador de despesas, o que fez a Presidente do Sindicato citar que também vem solicitando a adequação da Lei. O Diretor Presidente então citou da necessidade de se estabelecer um trabalho conjunto , e não brigando , não se verificando quem está na "queda de braço" para ver quem quer sobressair e que ele particularmente não busca sobressair em nada, lembrando sobre muitas publicações do Sindicato , alguns inclusive errôneas, citando ainda sobre o desaparecimento dos documentos como não publicação

correta, não sendo necessário a publicação da forma como foi realizada (novo escândalo da Paulprev), lembrando que isso já tinha sido declarado em 2013, ressaltando a importância do diálogo. Cláudia citou que já teria explicado este assunto e que não teria nada relacionado a gestão do mesmo, que os próprios conselheiros teriam relatado todos os problemas do Instituto, acrescentando que a única pessoa que tem colocado as coisas que vem acontecendo a anos é a Iria através de seu blog . O Diretor Presidente seguindo expôs que tanto a Iria como o Sindicato teriam realizado colocações descabidas: Iria ao citar na reunião do Conselho que a Paulprev não vem realizando investimento e que portanto é uma questão de improbidade e o Sindicato ao citar ao Luciano Carrer que o Diretor Presidente não tem "ido atrás" dos investimentos fraudulentos, aspecto não concordado pela Presidente do Sindicato, enfatizando inclusive que teria contatado a Promotora e que a mesma teria dito do empenho do mesmo nesta questão , concordando inclusive com a mesma, não tendo desta forma publicado nada neste sentido. O Diretor Presidente a seguir citou que o Luciano Carrer teria feito um pedido que os conselheiros, Paulprev e Sindicato fossem conversar com ele, lembrando que o mesmo teria solicitado à Ligian um relatório para que ele pudesse entender a situação do Instituto e com base neste ter condições de se posicionar; sugeriu que todos tivessem condições de falar o mesmo idioma uma vez que todos buscam defender o servidor, enfatizando que não é contra a hora atividade ou aposentadoria especial . A seguir citou que não é somente agora que vem se discutindo a hora atividade, conforme a própria colocação da Ligian, o que fez Cláudia citar o desconhecimento por parte dos professores nesta questão. O Diretor Presidente ainda citou que não pode se referir aos anos anteriores a 2017, pois não encontrava-se nesta função , porém a partir de 26 de

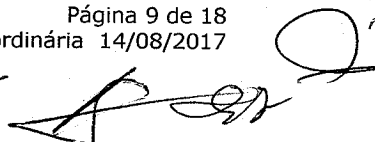
Waver





Janeiro do mesmo ano ele tem essa obrigação, podendo gastar somente no que a Lei determina, citando ainda que se não possuir um cálculo do impacto ao que se pretende, não terá condições de fazer e se fizer contará com a Lei de responsabilidade fiscal, motivo pelo qual a importância de unir esforços no sentido de fazer um texto na defesa do servidor incluindo tudo que for necessário de maneira a atender o servidor não só no salário do final do mês mas também inclusive quando estiver afastado e em relação ter a possibilidade de custear a aposentadoria de todo mundo. O advogado Rafael do Sindicato citou que os mesmos foram somente na Pauliprev para obter informações sobre isso, para ouvir, para ver o que a Pauliprev tinha para oferecer e para saber que providências deveriam adotar. O Diretor Presidente então citou da ciência de algumas publicações via Sindicato, tendo a fala então do Dr Rafael da necessidade de se verificar se as mesmas são em nome do Sindicato ou Diretor pessoa física, visto ter diferença, o que fez Eliete citar que sendo um Diretor acaba afetando o Sindicato indiretamente. Nara então pediu a palavra e expos da necessidade de se refletir, e mesmo que a Pauliprev fosse contra a hora atividade, quem determina que será realizado ou não, é o Prefeito, retomando ainda que conforme já colocado pelos demais participantes que não foi esse tipo de conversa realizada com o Secretário do Jurídico, mas sim foram apresentados os problemas do Instituto que são muitos. Ressaltou ainda ser muito complicado que como conselheiras eleitas passarem a ser usadas como "bodes expiatórias" por alguém para dizer que alguma coisa não deu certo; expos ainda que essa quebra e divisão vai acabar levando todo mundo para o mesmo "buraco" e que o Instituto não é do Prefeito, é dos servidores e que o Diretor Presidente tem tentado a todo momento fazer um bom trabalho dentro da Pauliprev, muito diferente dos demais no quesito de ser

*marcelo*

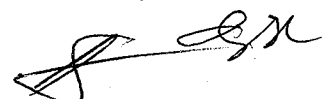


transparente o máximo possível e isso tem sido feito e isso precisa ser valorizado, uma vez que o prejuízo de "perder" o Diretor Presidente na Pauliprev e colocar outra pessoa no lugar seria bem pior; que todos vem tentando cuidar muito do Instituto e da formação que está no momento, que todos vem buscando proteger a Pauliprev. Márcia pediu a palavra citando que não teriam comparecido para reunião com Luciano Carrer para discutir a hora atividade , foi com o objetivo de discutir o impacto do PCCV na Pauliprev no geral : incorporação do nível universitário, a reelaboração pelos conselheiros do ante projeto em estudo da base previdenciária, etc, expondo ainda que o Sindicato tem uma postura que de fato não tem que se atrelar a Pauliprev, que eles tem que ter uma postura crítica e quando não for correto denunciar, mas tem que ter um certo distanciamento , concordando com a postura do Sindicato . Por outro lado avaliou que algumas lutas o Sindicato deva estar junto, como por exemplo tirar o custeio do pagamento dos afastados da Pauliprev e garantir também as aposentadorias., salientando que foi muito cômodo para a Prefeitura passar à Pauliprev, vendo a importância do Sindicato nesta luta. O Diretor Presidente ressaltou que a Nara teria realizado uma menção da reunião do Conselho que lhe deixou preocupado . Nara então lembrou que com o enquadramento contará com 60% de aumento, sendo necessário ser pensado esta questão para os aposentados, visto que esse aumento direto poderá gerar uma "quebra", necessitando cobrar alternativas para os ativos e inativos. Ligian a seguir citou das dificuldades do Instituto e que tinha como preocupação que os mesmos benefícios para os ativos deva-se garantir para os inativos e que isso muitas vezes não depende somente do Instituto; da importância quando de dúvidas que as pessoas busquem informações, da necessidade de cautela , que

possui documentos inclusive de outros aspectos , aspectos estes que tem gerado inclusive que aposentadorias sejam glosadas, que conselheiros não possuem "potência" para determinar algumas questões, citando ainda as dificuldades com a mudança de gestores, que os funcionários possuem muitas coisas na cabeça, que vira aquele "bafafá", que não caberia mais "mi mi mi "na situação atual que todos estão. Iria a seguir citou que existiu toda uma luta, foi apresentado todos os problemas ao Gordura na época Presidente da Câmara, e que em momento algum o Sindicato na época falhou , o Sindicato batia presença direta nas reuniões da Pauliprev . Iria a seguir citou que quando fala que o Instituto está sem investimento isso também é uma preocupação , quando fez todas as denúncias sozinha, que os presentes nada fizeram assim como o Sindicato , acrescentando a seguir que irá questionar, que irá brigar citando ainda que o ordenador de despesas tem que chegar junto ao Executivo e citar que tem-se que achar uma solução junto com o Sindicato , sendo interrompida pela Sandra ressaltando que é o que os presentes estavam justamente fazendo naquele momento. Iria retomou a palavra e citou da necessidade de não discutir os problemas de forma fechada, da necessidade de abrir para os servidores, através de um seminário, chamando inclusive o Tribunal de Contas e Ministério Público, levando assim também a responsabilidade aos servidores. Avaliou que ainda que Pauliprev , conselheiros e Sindicato devem lutar para devolver os afastamentos à Prefeitura, tendo que achar uma solução de buscar e conscientizar e tentar levantar o Instituto, considerando as vacâncias existentes. Finalizando, expos que aquilo que tiver que colocar em suas matérias assume toda a responsabilidade . O Diretor Presidente então sugeriu que o Sindicato agendasse uma Assembleia com os servidores para que a Pauliprev pudesse tirar dúvidas ,tendo a sugestão da Claudia

que na próxima quinta feira ocorreria uma reunião podendo participar qualquer pessoa, sendo sugerida pela Sandra uma Assembleia especifica já que a reunião já agendada possui uma pauta pré estabelecida. Iria então completou da importância da realização de uma grande mobilização para que participe um maior numero possível de pessoas. O Diretor Presidente retomou a fala e citou que seria de fato muito importante, uma vez que há algumas posições que acreditam que a Pauliprev está contra , o que não é real , estão tanto a favor que querem que seja feito o cálculo de impacto para que lá diante todos possam aposentar, ressaltando que não se está contra o Sindicato efetivar o PCCV, sendo que o Prefeito estabelecerá lembrando que ele também possui a Lei de responsabilidade fiscal . A seguir citou da importância do Instituto contar com saúde financeira e fazer o pagamento das aposentadorias. O advogado Rafael a seguir citou que o Sindicato estaria nesta reunião justamente para ouvir a Pauliprev , que em relação a "queda de braço" de fato existe um episódio ou outro, porém neste momento gostaria de ouvir para passar o correto ao servidor. A seguir citou que em relação a vida útil da Pauliprev que de fato é importante estudar tudo isso, mas existe outros meios, que o Sindicato começou uma campanha para trazer o celetista para o Instituto, sendo que a Pauliprev poderia se unir nesta questão. O Diretor Presidente citou que em 2011 deveria-se ter sido estabelecido 10 anos para permanecerem fazendo recolhimento, no entanto permaneceu-se somente 5 anos. Nivia então questionou porque esses servidores não optaram pela mudança em 2001, 2002 ou 2011. O Diretor Presidente retomou a palavra e lembrou que esses servidores possuem 16 anos de recolhimento de FGTS, citando como exemplo os Guardas Municipais, que hoje possuem uma equação toda resolvida e o servidor que já aceitou a mudança em 2001 não a possui,

Wanda



contribuindo com o Instituto desde então , lembrando que o celetista quando aposentado irá esbarrar com o salário limite estabelecido pelo INSS, portanto bastante favorável neste momento contar com esta mudança. Ao mesmo tempo citou que não seria contra esta mudança porém para o Instituto nos casos que serão aposentados para a paridade , qual seria o impacto nas contas do Instituto, mostrando assim da necessidade de contar com uma matemática que permita fazer essa equação não desequilibrado nem um lado como outro. O Advogado então citou que o Sindicato já teria apresentado ao Prefeito um projeto quanto a essa mudança de regime. Nivia então questionou o tempo sugerido para que se efetive essa mudança, tendo a devolutiva do mesmo que isso não foi fixado no documento, acrescentando que para isso seria necessário a participação da Pauliprev. Sandra então questionou se não teriam verificado a legalidade disso tendo a resposta que teriam apresentando a proposta do antigo Prefeito , modelo que já foi realizado. Os conselheiros então o questionaram se corresponderia a 5 anos, tendo a ressalva do Advogado que isso poderia ser discutido, tendo o posicionamento das conselheiras Nivia, Eliete e Sandra que não teriam objeção no caso se o tempo fosse estabelecido em 17 anos, aspecto este não aceito pelo Advogado. Dr Rafael retomou a fala e citou que há várias situações que o Sindicato chega com o Prefeito e não tem como chamar a Pauliprev . Outra situação apresentada pelo mesmo que ao se reunir com o Prefeito havia uma publicação na pauta da Pauliprev que seria discutido a questão de investimentos e que o Sindicato não teria sido chamado para opinar, sem contar também que o Prefeito desconhecia. Assim ao seu ver existe também a distância entre a Pauliprev e o Prefeito, citando ainda que ele teria dito que ele nomeia o Presidente e ele que manda na Pauliprev. O Diretor Presidente então citou que política de

*maria*

*[Handwritten signatures]*

investimentos é uma coisa e investimentos é outra, tendo a complementação do Advogado do Sindicato que naquele momento o Prefeito teria ligado ao Diretor Presidente .O Diretor Presidente citou então que o Sr Reginaldo teria lhe ligado e lhe questionado sobre a assunto, tendo a resposta que não haveria nenhum novo investimento e sim a apresentação de uma proposta de política de investimento. Dr Rafael com isso quis apontar a distância do Executivo , ressaltando que poderia estar errado porém teria contado com esta sensação. O Diretor Presidente citou que logo no dia 26 de Janeiro ficou claro que os conselheiros gostariam que o Diretor Presidente fosse um servidor de carreira , porém citou que mais transparente hoje impossível , que não fará nenhum investimento porque não há recursos, lembrando que se tem aguardado a compensação previdenciária , relatando ainda neste momento os períodos que ocorreram tal processo anteriormente. A seguir citou que hoje tem-se enviado à Caixa Econômica uma média de cem mil reais mensalmente para fundo de renda fixa . A seguir questionou porque o Sindicato não teria chamado a Pauliprev para esta reunião, tendo a devolutiva da Cláudia que a pauta com o mesmo era por outro motivo e acabou discutindo isso também, devido a uma divergência que o Sindicato possuem em relação a composição do Conselho. A Presidente do Sindicato ainda citou que o Prefeito teria exposto que teria um prazo para responder á Promotora e que chamaria o Diretor Presidente e Sindicato antes para conversar sobre este assunto, porém isto não se efetivou. O Diretor Presidente então citou que o Prefeito teria lhe chamado . Sandra pediu a palavra e citou que alguém teria dito anteriormente que a muito tempo vem se causando esses impactos no Instituto, descontando coisas erradas e que ninguém estaria fazendo nada , o que fez a mesma discordar desta fala, que as novas conselheiras teriam assumido em Abril do

*Manoel*

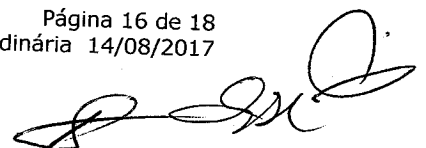
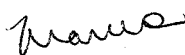
*[Handwritten signatures]*

corrente ano , que já existiria um estudo do base previdenciária em andamento com apoio do consultor financeiro do Instituto, verificando todas as leis existentes que falam das verbas de maneira geral pagas ao servidor , visto as divergências existentes nas várias épocas de governo, e infelizmente é algo que demanda tempo visto a complexidade jurídica e que por sinal também dependerá do Prefeito revogar alguma Lei em vigor para a criação de uma nova, lembrando ainda que a Pauliprev necessita de vários acertos, como por exemplo descontos indevidos realizados do servidor e que com certeza necessitará ser reparados, portanto que os conselheiros estão sim realizando ações. Márcia citou que existe Leis que beneficiam somente alguns servidores , no caso aqueles que pagaram a complementação, inclusive estas questões estão sendo todas revistas (6ª parte, abono de Natal, 14º salário), sendo completada pelo Advogado que existe muitas ações neste sentido. O Diretor Presidente então citou do pagamento pela ultima remuneração, sendo que dois anos antes de aposentar muitos servidores fazem muitas horas extras , são nomeados cargos de comissões eventualmente e aí acaba aposentando por este valor. Sandra retomou a palavra e citou sobre a "queda de braço", que veio na posição de conselheira para defender o direito do servidor de se aposentar e está fazendo o melhor para todos, no entanto sua postura não agrada a todos e portanto acha que está na hora de acabar com essas "alfinetadas", que o Diretor Presidente ficou magoado com a publicação na época realizado pelo Sindicato com relação a matéria , mas também as conselheiras ficaram magoadas com vários aspectos contribuindo desta forma para a segregação. O Sindicato já vem antes desta gestão com uma luta árdua para atrair o servidor , visando a maior credibilidade , portanto ficar com acusações , indiretinhas é muito desnecessária, imaturo ,pequeno, achando mais digno fazer o que

*Marcia*

*[Handwritten signature]*

estaria acontecendo naquela data, que o servidor tem de fato que saber , porém não distorcido , que sustentará tudo que dizer . Sandra a seguir citou que teria dito para Luciano Carrer que diante da aprovação da hora atividade, teria questionado a seguir se o mesmo teria realizado o estudo do impacto no Instituto; que já teria pensado anteriormente na sua pessoa, porém agora dentro do Instituto tem pensando no futuro , que o Instituto pode quebrar e que também não se aposentará, ao mesmo tempo completou que também não concorda em tirar direito do servidor. Em relação ao PCCV citou que teria se manifestado questionando- o também com que dinheiro iriam fazer a progressão do servidor , uma vez que estariam acusando a lei de responsabilidade fiscal. Willian então se manifestou e citou que agora estaria compreendendo toda origem do que estaria acontecendo. Willian ainda citou que os professores já contribuem sobre a hora atividade , sendo interrompida pela Sandra que não estaria falando sobre a hora atividade , reafirmando se Luciano Carrer se utilizaria da lei de responsabilidade fiscal para não dar as progressões depois assim como ele fez quando o Sindicato esteve com ele e pediu 4,8% de reposição e 10% de aumento e ele citou que não possuía, parcelando os benefícios ainda citando que estaria batendo na lei de responsabilidade fiscal. Sandra ainda citou da possibilidade de aumento de afastamentos diante da incorporação da hora atividade, posicionamento que Willian avaliou como punitivo , acrescentando ainda que isso já teria ocorrido quando da criação da hora atividade pelo então Prefeito Edson Moura, objetivando justamente ao diminuição de afastamentos. Sandra a seguir citou que na Guarda Municipal após a criação do auxilio assiduidade, o número de afastamento diminuiu sensivelmente, sendo completada pelo Rafael que anteriormente ocorria uma média de 200 afastamentos e hoje esse número atinge 2 a 3 somente no mês. Willian retomou a





palavra e citou que então o Instituto necessitaria contar com uma junta médica para evitar afastamentos e com isso não punir os demais servidores. Sandra a seguir citou que isso já vem ocorrendo, discordando assim de Willian quanto a questão punitiva, e reiterou que estaria pensando no futuro do Instituto, reafirmando a necessidade de repassar os afastamentos à Prefeitura, para que isso voltasse a ser de responsabilidade da Prefeitura. Sandra seguindo complementou que não estaria tirando benefício algum de servidores, mas que também não poderia deixar de pensar na aposentadoria inclusive dos próprios professores pois desconhece que no prazo de 10 anos o Instituto conte com dinheiro suficiente para aposentá-los também. Posteriormente Willian posicionou-se citando não compreender porque o Instituto não realizava ações contra antigos gestores, fundos e somente através da Promotoria, o que fez o Diretor Presidente explicar a existência de todos os fundos problemáticos assim como apresentar os possíveis ônus ao Instituto caso optasse por outro tipo de ações. A seguir, diante da proposta originada anteriormente na reunião ficou estabelecida que o Sindicato convocaria uma Assembleia para que a Pauliprev apresentasse seu posicionamento sobre a real situação do Instituto, estabelecendo-se no entanto primeiramente um novo contato no dia 25 Agosto (sexta feira), às 15 horas, na sede da Pauliprev uma reunião para elaboração de uma pauta da mesma.

Destacamos que a conselheira Nara saiu às 11:45 hs da reunião e Willian chegou à mesma às 11:40 hs.

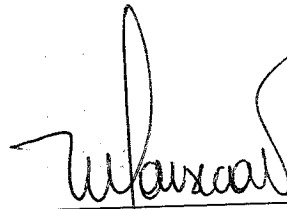
Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião às treze horas e doze minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.

*Willian*

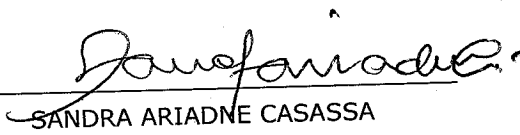
*[Handwritten signatures]*



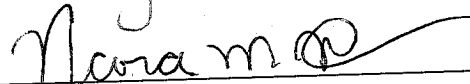
ELIETE MARIA DA SILVA  
Secretária Cons. Administrativo



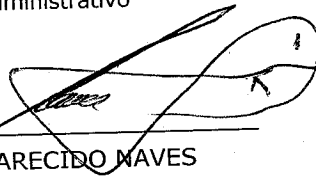
NIVIA CARLA DA FONSECA  
Conselho Administrativo



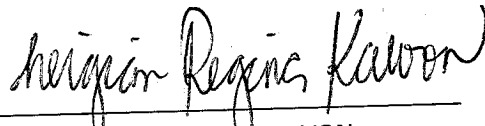
SANDRA ARIADNE CASASSA  
Conselho Administrativo



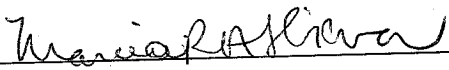
NARA MARTINS MORETTI  
Conselho Administrativo



REGINALDO APARECIDO MAVES  
Conselho Administrativo



LIGIAN REGINA KALVON  
Conselho Fiscal



MARCIA REGINA A. LOPES DA SILVA  
Conselho Fiscal